

SESI SENAI
PELO FUTURO DO TRABALHO

APRESENTAM

Uma injeção para a economia

Início da vacinação contra a Covid-19 gera otimismo entre empresas, mas redução do Custo Brasil ainda depende de outros remédios



ARTIGO ▶ ROBSON ANDRADE | PRESIDENTE DA CNI (PÁG 12)

ENTREVISTA ▶ SÍLVIA MATOS | ECONOMISTA DO IBRE/FGV (PÁGs 10 e 11)

INFOGRÁFICO ▶ POSIÇÃO DO BRASIL NOS RANKINGS DE COMPETIVIDADE E INOVAÇÃO (PAG 6)

A vacina contra o Custo Brasil

DIRIGENTES E ECONOMISTAS SÃO UNÂNIMES EM DIZER: OU APROVAMOS REFORMAS ESTRUTURANTES PARA REDUZIR DESVANTAGENS COMPETITIVAS OU CONTINUAREMOS SENDO CAROS E VULNERÁVEIS A CRISES

O início da vacinação contra a Covid-19 começa a reduzir as incertezas sobre a economia brasileira, mas, mesmo com a imunização em massa, a retomada de um crescimento mais vigoroso do Brasil não virá espontaneamente. Será preciso, ao mesmo tempo, adotar medidas para retomar o ajuste das contas públicas, avançar na discussão das reformas estruturais e implementar políticas de estímulo a novos investimentos.

“A vacinação em massa vai garantir um retorno seguro ao trabalho”, afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes, em 25 de janeiro, ao participar de entrevista para divulgar os dados da arrecadação de tributos em 2020. “A vacinação em massa é decisiva; fator crítico para o bom desempenho da economia”, argumentou. No mesmo evento, Guedes reforçou a importância das reformas para melhorar o ambiente de negócios e a necessidade de acelerar as privatizações e simplificar a tributação.





▲ Problemas de infraestrutura - como estradas precárias, burocracia e complexidade do sistema tributário - são amarras para o crescimento do país.



▲ Carlos Lopes, do banco BV, diz que os problemas vão além da tributação e da burocracia e incluem insegurança jurídica, problemas de infraestrutura e volatilidade política

“Vamos limpar a pauta. As propostas para destravar a nossa retomada estão lá no Congresso Nacional. Temos o desafio de transformar a recuperação cíclica baseada em consumo em uma retomada sustentável baseada em investimentos”, disse o ministro. Na avaliação da equipe econômica, a escolha de aliados para as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), vai contribuir para o avanço das reformas.

Entretanto, segundo João Carlos Marchesan, presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (Abimaq), é também “hora de o país estruturar uma política moderna de industrialização” que permita incorporar novas tecnologias da indústria 4.0. “Os fortes estímulos oferecidos em alguns países, a exemplo do anunciado nos Estados Unidos, poderiam nos favorecer pelo lado externo, mas ações direcionadas à reindustrialização do país seriam bem-vindas”, afirma ele.

“Não basta uma única ação. Entendo que são necessárias diversas ações combinadas, mas primeiramente é preciso enfrentar o desafio imposto pelo teto dos gastos e abrir espaço no orçamento para investimentos em infraestrutura e estímulos ao

desenvolvimento tecnológico”, defende Marchesan. A ampliação de investimentos públicos, ainda que pequena, pode resultar em efeitos positivos relevantes no Produto Interno Bruto (PIB) devido ao seu efeito multiplicador na economia, afirma o dirigente.

Na área educacional, segundo Rafael Lucchesi, diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), as mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho exigem maior qualidade na educação e mudanças na matriz curricular do ensino médio, com ampliação da formação técnica. “Existe uma quarta revolução industrial e o Brasil tem enormes desafios para responder. Precisamos melhorar a qualidade e a produtividade do trabalho e do sistema educacional. Isso passa pela ampliação da educação técnica”, sugere Lucchesi.

EM BUSCA DE CONSENSO

O economista Carlos Lopes, do banco BV, afirma que a principal lição da crise é a necessidade de aprovar com celeridade as aguardadas reformas estruturantes. “Muitas das reformas feitas lá atrás, como a trabalhista e a da Previdência Social, deram ao país um colchão de confiança dos investidores internacionais para atravessarmos este momento. A lição que fica é a necessidade de continuar avançando”, argumenta.

Em artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo, Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirma que “um dos grandes desafios do país para 2021 é o reequilíbrio das contas públicas e a manutenção do teto de gastos”. Segundo ele, “o ajuste fiscal ajudaria a elevar a confiança dos investidores e a reduzir as pressões sobre os juros, além de aumentar a capacidade de investimento do Estado. Um passo decisivo nessa direção seria a aprovação de uma reforma administrativa, que racionalizasse os gastos públicos e melhorasse a qualidade dos serviços prestados à população”.

Enviada ao Congresso Nacional em setembro do ano passado, a reforma administrativa é uma das prioridades de Arthur Lira na Câmara dos Deputados. Antes de ser eleito, ele expressou o desejo de votar a proposta ainda no primeiro trimestre. Entre as mudanças previstas no serviço público estão o fim da estabilidade para a maioria das carreiras e a revisão de benefícios, como licença-prêmio

e progressão de carreira baseada apenas em tempo de serviço. As regras, que também precisarão ser votadas no Senado Federal, valerão apenas para novos servidores, depois de promulgado o texto.

Na avaliação de Robson Andrade, também é fundamental buscar a redução efetiva do Custo Brasil, o que requer, sobretudo, a realização de uma reforma tributária ampla. “Felizmente, ao longo dos últimos anos, cresceu a percepção de que não podemos mais adiar essas mudanças. A implantação de um sistema de arrecadação de impostos mais simples, eficiente, sem cumulatividade e alinhado às boas práticas internacionais aumentará a competitividade das empresas se estimulará investimentos na produção”, avalia o presidente da CNI.

Para Carlos Lopes, do banco BV, “o Custo Brasil vai muito além de uma tributação complexa e uma burocracia elevada”. Segundo ele, “há muitos problemas que compõem esse custo, como um judiciário ineficiente, insegurança jurídica, problemas de infraestrutura e volatilidade política”.

EM BUSCA DE CONSENSO

Na avaliação do cientista político André César, da Hold Assessoria Legislativa, com a troca de comando na Câmara dos Deputados, a reforma tributária deve andar num ritmo mais lento no primeiro semestre, uma vez que estava muito associada à imagem de Rodrigo Maia (DEM-RJ), ex-presidente da Casa. “As reformas mais estruturais, porém, demandarão intensa negociação e podem ficar para um segundo momento. A agenda no campo econômico deverá ser aquela mais pontual, imediata”, prevê.

Diante disso, as discussões das duas propostas de reforma tributária mais avançadas, Proposta de Emenda à Constituição 45, da Câmara dos Deputados, e 110, do Senado Federal, devem ser retomadas somente a partir do segundo trimestre. Contudo, para Renato da Fonseca, superintendente de Economia da CNI, há atualmente um maior consenso sobre a necessidade e as linhas gerais da reforma tributária. “Hoje, estamos em um momento importante: uma reforma que está quase sendo consensual. Infelizmente, o governo insiste na CPMF. Seria muito interessante se ele, que tem uma proposta boa nos tributos federais, trabalhasse nisso com o Congresso”, sugere Fonseca.

MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS É FUNDAMENTAL

para estimular novos investimentos e aumentar a competitividade do setor produtivo

Custo Brasil representa 22% do PIB. As empresas brasileiras pagam **R\$ 1,5 trilhão** a mais para realizar seus negócios



“Existe um grupo de deputados querendo fazer as reformas, que começaram no governo Temer. São os mesmos deputados que fizeram um trabalho notável durante a crise, que souberam ler o que estava acontecendo”, diz Fonseca. Segundo ele, “a reforma tributária é a mais importante, por afetar diretamente a competitividade da indústria”.

O advogado tributarista Fábio Brun Goldschmidt afirma que a importância da reforma tributária pode ser resumida no fato de o Brasil possuir, hoje, um dos mais complexos sistemas tributários do mundo. “Pagar impostos, além de ser caro em termos de base e alíquota, é caro em obrigações acessórias”, explica o especialista. “Existe um montante de burocracia exigido que é absolutamente incomum e incomparável com qualquer país desenvolvido”, critica Goldschmidt.

BRASIL ESTÁ APENAS EM
62º LUGAR
 NO RANKING DE **INOVAÇÃO**



	1º	Suíça
	2º	Suécia
	3º	Estados Unidos
	4º	Reino Unido
	5º	Países Baixos
	6º	Dinamarca
	7º	Finlândia
	8º	Singapura
	9º	Alemanha
	10º	Coreia do Sul
	14º	China
	47º	Rússia
	48º	Índia
	60º	África do Sul
	62º	Brasil

ONS - DADOS DE 2020

FONTE: ÍNDICE GLOBAL DE INOVAÇÃO - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI)

E EM
56º LUGAR
 NO RANKING DE
COMPETITIVIDADE



	1º	Singapura
	2º	Dinamarca
	3º	Suíça
	4º	Holanda
	5º	Hong Kong
	6º	Suécia
	7º	Noruega
	8º	Canadá
	9º	Emirados Árabes
	10º	Estados Unidos
	20º	China
	43º	Índia
	50º	Rússia
	56º	Brasil
	59º	África do Sul

FONTE: IMD COMPETITIVENESS YEARBOOK 2020

Segundo ele, a reforma deveria reduzir a praticamente zero a tributação sobre produção e circulação, concentrando a carga tributária no consumo. “Com isso, teríamos a extinção da cumulatividade e seus pesados custos de gestão e insegurança”, explica o advogado.

Para José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), a reforma tributária é fundamental para que o Brasil volte a ter investimentos, perspectiva de contratação e de futuro. “Se não buscarmos uma convergência para a reforma o mais rápido possível, o país vai continuar paralisado e a população vai atribuir ao Executivo e ao Congresso a falta de capacidade de inserir as reformas”, afirma.

DESVANTAGENS

Ricardo Cavalcante, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), reforça que o Custo Brasil é um dos principais gargalos para a melhoria da competitividade da economia brasileira. “Sua redução deve ser uma das prioridades das políticas públicas. É necessário que as empresas brasileiras consigam se integrar às cadeias globais de valor com estrutura de custos compatível com os seus concorrentes internacionais”, afirma o dirigente. Para ele, “os tópicos mais relevantes a serem enfrentados são as questões trabalhistas e de infraestrutura, a complexidade tributária, a burocracia e as restrições de financiamento, tanto de capital de giro como de investimentos”, enumera. Estudo divulgado no final de 2019 pelo Ministério da Economia estima que as empresas brasileiras gastam R\$ 1,5 trilhão a mais por ano do que a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em virtude do Custo Brasil. O valor agregado desse conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas do país representa 22% do PIB. Para as empresas, o maior peso está no emprego de capital humano, estimado pelo estudo em algo entre R\$ 260 bilhões e R\$ 320 bilhões anuais, seguido pelo custo para honrar tributos, de R\$ 240 bilhões a R\$ 280 bilhões.



“A agenda de reformas estruturais deve ocupar o papel central das discussões econômicas de 2021. Estas, se aprovadas, trarão significativo impacto à competitividade da economia brasileira, ampliando as oportunidades de trabalho e a geração de riquezas.

A reforma tributária, por exemplo, precisa desonerar o setor produtivo e simplificar o seu processo; a administrativa deve melhorar a eficiência na prestação dos serviços públicos; e a política deve empoderar a sociedade civil”, afirma Cavalcante, da FIEC.

▲ Para Rafael Lucchesi (CNI), as mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho exigem maior qualidade na educação e mudanças na matriz curricular do ensino médio



▲ O advogado tributarista Fábio Brun Goldschmidt diz que a burocracia para pagar tributos no Brasil é “absolutamente incomum e incomparável”

INOVAÇÃO E PESQUISA

Coordenador do Núcleo de Estudos de Conjuntura Econômica da Faculdade de Campinas (Facamp), Saulo Abouchedid destaca que “é preciso uma reforma que apon-te para a progressividade e que onere me-nos o pequeno e o médio empresário”. Dessa forma, seria mais fácil estimular a pesqui-sa e a inovação, defende o especialista. Nes-se sentido, o recente veto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ao projeto aprova-do pelo Congresso Nacional, que proíbe o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDTC), é um desestímulo à pesquisa e à inovação.

O fundo é uma das principais fontes de financiamento de ciência, tecnologia e inovação no país. No final de 2020, esta-vam travados R\$ 4,6 bilhões de recursos do fundo, que deveriam estar sendo inves-tidos em atividades de pesquisa, desenvol-vimento e inovação (PD&I) realizadas por universidades, institutos de pesquisa e em-presas. O veto ainda será analisado pelo Congresso Nacional, que poderá derrubá-lo. Entre 1999 e 2019, o fundo arrecadou R\$ 62,2 bilhões, mas os recursos têm sido, historicamente, contingenciados pela equi-pe econômica.

Investir em pesquisa e inovação, diz Re-nato da Fonseca, da CNI, será fundamental para o Brasil ter um crescimento econô-mico sustentado. “Não temos tempo dispo-nível para passar pelas fases 2.0 e 3.0 da indústria antes de chegarmos à etapa 4.0. Nós precisamos fazer o salto”, diz Fonse-ca. Segundo ele, isso se traduz em digita-lização e investimento pesado em tecno-logia. “A inovação é incentivada por todos os países, mas no Brasil temos essa defici-ência. Enquanto não tivermos capacidade de competir lá fora, não vamos atrair in-vestimentos”, avalia o especialista da CNI.

Sem as reformas, avalia Fonseca, o Bra-sil não só deixa de atrair novos investimen-tos como perde indústrias. É o caso, por exemplo, da Ford, montadora norte-ame-ricana que, em janeiro, fechou suas fábri-cas no Brasil. “A decisão da Ford é basea-da nas condições econômicas de cada país onde quer operar. A crise ajudou na deci-são, mas a empresa também usa o ambien-te de negócios para decidir”, explica.

Para Cavalcante, da FIEC, “a saída de várias multinacionais do Brasil foi influen-ciada por uma demanda agregada conti-nuamente reprimida desde 2014 e acen-tuada pela pandemia do coronavírus”. Segundo ele, “eram indústrias com plan-tas que produziam para o mercado inter-no, pois o excesso de burocracia tributária

impede maiores níveis de competitividade e eficiência de indústrias desse porte tecnológico no Brasil”.

Pesquisa divulgada pela CNI em dezembro mostrou que um dos efeitos da crise provocada pela pandemia foi a desorganização das cadeias produtivas e o aumento dos preços. “Os diferentes setores da economia foram atingidos com intensidades diferentes, o que resultou em interrupções parciais ou totais em alguns elos das cadeias”, segundo o estudo Economia Brasileira 2020-2021. “A dificuldade de se obter insumos deverá terminar no segundo trimestre de 2021, assim como a pressão sobre os preços, como resultado tanto da valorização do real como da reorganização das cadeias produtivas”.

Nesse cenário de perda de competitividade, o economista Cláudio Frischtak, sócio da Inter B Consultoria, afirma que “é preciso simplificar o ambiente de negócios e reduzir barreiras tarifárias”. “As empresas precisam de um ambiente mais aberto, mais competitivo, mais fácil de operar”, diz o consultor. Segundo ele, o Brasil precisa de uma transformação do ambiente de negócios, de maneira a estimular novos investimentos do setor produtivo e atrair capital externo. “Isso depende do Congresso e da sociedade. O ambiente que foi criado pela pandemia e pela disputa política não contribui”, afirma.

Segundo ele, o Brasil precisa de uma transformação do ambiente de negócios. “Não é que não estamos avançando nada. Avançamos um pouquinho, mas a fronteira se afasta. O grau de insegurança jurídica continua muito elevado e, em alguns aspectos, até piorou”, avalia Frischtak. Com grau de imprevisibilidade regulatória elevado, afirma ele, existe uma percepção de politização nas agências reguladoras. “O Brasil caminha muito lentamente e em alguns aspectos retrocede. A fronteira das boas práticas avança no mundo e todos nós temos a obrigação de pressionar por mudanças”, sugere. ■



“***A fronteira das boas práticas avança no mundo e todos nós temos a obrigação de pressionar por mudanças***”

▲
Cláudio Frischtak
sócio da Inter B Consultoria



◀
“Alguns setores da indústria foram muito favorecidos, como bens não duráveis e bens farmacêuticos, relacionados à saúde”, diz a especialista, sobre o desempenho da indústria no ano passado, durante a pandemia

Recuperação econômica depende da vacinação

ECONOMISTA DO IBRE-FGV, SILVIA MATOS ESPERA UM ANO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO, MAS CRITICA AS INCERTEZAS GERADAS PELA DIFICULDADE DO GOVERNO EM REDUZIR GASTOS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

A economia brasileira deve registrar uma leve retração no primeiro trimestre. Entretanto, com o avanço da vacinação, a recuperação da atividade econômica deve se acelerar e o Produto Interno Bruto (PIB) pode fechar 2021 com um crescimento de 3,5%, avalia Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro. Segundo ela, será necessário, também, “muito alinhamento para vencer as resistências e convencer a sociedade” sobre a necessidade de aprovar uma reforma tributária. “Os grupos de interesse que vão perder, no caso da reforma tributária o (setor) de serviços, sempre vão ser contra. A agenda de reformas precisa desse convencimento e os líderes precisam estar unidos”, alerta a especialista.

Quais foram os principais impactos da pandemia sobre o setor produtivo em 2020?

Foi um ano atípico para qualquer país e, sem dúvidas, ainda mais desafiador para o Brasil. Aqui, a pandemia ocorreu em um momento ainda de muitas fragilidades. Essa é uma questão importante. O Brasil tinha passado por uma recessão muito dura, que iniciou em 2014 e durou até 2016, mas foi uma saída atípica, de baixo crescimento. Algo muito estranho aconteceu na economia brasileira. É natural ter um crescimento rápido ao sair da recessão, mas o que ocorreu foram anos de baixo crescimento e produtividade, com o mercado de trabalho ruim e de informalidade, além de desafios fiscais. Então veio a pandemia, que exige muito do setor público. Diferentemente de uma crise financeira,

na qual você faz políticas monetárias e consegue recuperar, é necessária a transferência de renda. Nesse aspecto, o Brasil teve um choque atenuado por investir fortemente em políticas fiscais, similar aos países ricos, tanto que o resultado do PIB no segundo trimestre foi uma queda menor do que a registrada em outros países. Tivemos uma queda menor por gastar mais. Naturalmente, depois de o Brasil fazer políticas fiscais fortes, veio a recuperação.

E na indústria de forma geral?

Com protocolos rígidos, foi possível conviver com a pandemia. A indústria sofreu no início pelo lockdown severo e as cadeias de produção pararam, mas com a normalização das cadeias, a indústria pode funcionar com a pandemia. É difícil de entender, mas é interessante do ponto de vista da organização produtiva. Outro fato é que as pessoas receberam renda e não puderam consumir serviços, então a poupança aumentou e a renda foi para o consumo de bens. Alguns setores da indústria foram muito favorecidos, como bens não duráveis e bens farmacêuticos, relacionados à saúde. A indústria de bens também demanda um intermediário produzido pela própria indústria, então criou-se esse ciclo virtuoso. Isso é um padrão dos países e isso é muito bom. Nem todos os setores se beneficiam tão rapidamente.

Quais são as perspectivas para 2021?

É um desafio grande. Poderíamos imaginar uma recuperação muito rápida com a vacinação. Muitos países já estão em ritmo rápido de vacinação. Começamos 2021 com uma onda mais forte de novos casos da doença. Caso tivéssemos a vacinação acontecendo muito rápido, poderíamos ter perspectivas melhores. Os Estados Unidos vão crescer muito esse ano, porque têm espaço para crescer com políticas expansionistas e fiscais. O Brasil não, porque gastamos muito no ano passado e não temos orçamento. Temos que criar esse espaço para poder estender benefícios.

E a questão fiscal?

De um lado, a economia pede mais benefícios — porque é uma demanda legítima, uma vez que ainda temos fragilidades —; do outro, o fiscal, ainda não há equilíbrio. Não só não nos preparamos para uma vacinação em massa como também não discutimos sobre o orçamento para eventual extensão dos benefícios. Criaram-se duas incertezas: como vamos vacinar e como vamos discutir mais auxílio e sustentabilidade fiscal? A palavra é incerteza e incerteza é algo péssimo para a recuperação econômica. Com isso, o início de ano vai ser muito desafiador.

O que podemos esperar para o PIB?

Acreditamos que o PIB do primeiro trimestre vai contrair pouco, em torno de 0,5%. À medida que avançarmos e conseguirmos superar a questão da vacinação, vamos recuperar bastante no segundo semestre. Acho que é possível crescer em torno de 3,5% neste ano, mas é um ano muito desbalanceado. Um primeiro semestre muito ruim e o segundo muito bom. Depois da vacina, vamos ver a retomada, com pessoas consumindo serviços e emprego e renda voltando.

Que outras medidas poderiam ser aprovadas para melhorar o ambiente de negócios?

Uma discussão que permeia a pandemia é o controle dos gastos obrigatórios. A PEC do teto é muito importante, mas sozinha é uma muleta, um atalho para conseguir sustentabilidade. Não se sustenta a longo prazo porque é preciso reduzir os gastos obrigatórios. Nós conseguimos reduzir os gastos da Previdência, mas essa é a primeira etapa. Quais são os outros gastos obrigatórios? Primeiro: funcionalismo público. Nós temos espaço para redução de gastos com funcionários públicos e com políticas que entram nos gastos chamados de tributários. ■

Ânimo renovado para as reformas



▲ **Robson Braga de Andrade**

empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

O início da vacinação contra a Covid-19, após um ano extremamente difícil para a saúde das famílias e para a economia global, renovou o ânimo das pessoas em todo o mundo. É reconfortante perceber a volta da esperança nos olhos de quem já teve a oportunidade de receber uma das vacinas que os cientistas desenvolveram em tão pouco tempo. À medida que o número de imunizados crescer, a rotina vai gradativamente se restabelecer, impulsionando a retomada da atividade econômica, mas é preciso garantir a criação de outras condições para o crescimento.

Em todos os países, os governantes devem aproveitar o momento de relativo otimismo para melhorar o ambiente de negócios, retirar os obstáculos ao setor produtivo e estimular os investimentos e a criação de empregos. Obviamente, sairão na frente as nações cujo arcabouço institucional e normativo já se mostrava, no período anterior à pandemia, propício ao exercício mais adequado da capacidade empreendedora. No caso do Brasil, será necessário um trabalho mais intenso, de modo a fixar bases concretas para um novo período de expansão.

Mais até do que antes, precisamos de reformas urgentes. Felizmente, os recém-eleitos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado tomaram posse ressaltando a necessidade de vacinar com mais celeridade toda a população e de votar e aprovar propostas indispensáveis para o reerguimento da economia brasileira. Também o Poder Executivo, especialmente por meio de declarações de membros da equipe econômica, reforçou o desejo de implantá-las. Dessa maneira, é possível que o novo ciclo de reformas seja, enfim, viabilizado.

Como sabe qualquer pessoa que tenha ousado abrir uma empresa no Brasil, a reforma mais imprescindível e inadiável é a tributária. Complexo e anacrônico, o atual sistema de cobranças de impostos impõe ao contribuinte um número absurdo de obrigações claramente desnecessárias. Além disso, as empresas têm custos substanciais para calcular e efetuar o pagamento dos tributos e na

administração das diversas declarações exigidas pelo Fisco. Não há país desenvolvido que imponha tamanho desconforto às empresas e aos trabalhadores.

Do mesmo modo, é muito difícil obter o pleno desenvolvimento com um Estado que sirva como um forte contrapeso a atrapalhar o dinamismo empresarial, como ocorre no Brasil. Por isso, necessitamos tanto de uma reforma administrativa para dar mais eficiência ao aparato estatal, que deve aprender a fazer mais com menos – em outras palavras, prestar um serviço público de boa qualidade com custos menores. Espera-se, também, que essa reforma contribua no esforço em favor do reequilíbrio das contas públicas, que foram ainda mais deterioradas no período da pandemia.



Revista Indústria Brasileira ► fevereiro 2021

Estamos todos cansados das diversas restrições e dos prejuízos causados pelo coronavírus há mais de um ano. Porém, com a imunização proporcionada pela vacina, que será progressiva, já começamos a respirar novos ares. Aos poucos, o turismo, o comércio e a produção industrial vão crescer em níveis mais satisfatórios, trazendo de volta os empregos perdidos.

Nosso desafio é enorme, mas será mais facilmente vencido se o Congresso e o governo conseguirem assegurar a realização das reformas, adotando, também, todas as medidas pontuais requeridas para garantir o crescimento. Devemos trabalhar com determinação, persistência e muita confiança no futuro. ■